

A década de 80 coloca em cena novos atores sociais que através de um olhar diferenciado propõem novas alternativas e práticas para o modelo econômico, social e político implantado no país a partir de 1964. Na área da criança e do adolescente, antigas estruturas vão sendo superadas. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90) vem em resposta a estas mudanças. O Conselho Tutelar, definido nesta lei como órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, para o exercício de sua função, estabelece relações com distintos seguimentos da sociedade. Investigar como se configuram as relações de poder no campo em que está situado o Conselho Tutelar, nos municípios da Região Metropolitana de POA, é o nosso interesse central de estudo. O referencial teórico de Pierre Bourdieu será tencionado com a realidade em que se expressam as práticas do Conselho Tutelar. O procedimento adotado para a coleta de dados será questionários estruturados com questões abertas e fechadas. A análise dos dados será realizada a partir da tabulação e categorização dos mesmos. Mapear as características e a dinâmica dos Conselhos Tutelares na Região Metropolitana de POA é nosso objetivo central de estudo. Esta pesquisa é vinculada à realizada no ano de 2000 que tinha como universo de investigação os Conselhos Tutelares do município de Porto Alegre. Por esta razão, mesmo considerando-se que a coleta de dados será realizada em julho e agosto do corrente ano, é possível sinalizar uma tendência predominante no fenômeno pesquisado, qual seja: a diversidade de interesses e a obscuridade no entendimento do que seja o Conselho Tutelar bem como no necessário reordenamento que as demais organizações precisam sofrer a fim de sintonizar suas práticas com os pressupostos do ECA tem conduzido este órgão a institucionalizar práticas relacionadas à um paradigma menorista de trato com a criança e o adolescente. (ULBRA - Canoas).